

Roberto

A Tribuna (ES) 08/05/2011. P. 40

OPINIÃO ECONÔMICA

MARCELO NERI

Miséria: medição e meta

Começou a se delinear a estratégia de erradicação de pobreza com a definição de uma linha oficial de miséria. Participei de diversas comissões com esse objetivo durante os governos FHC e Lula. Apesar da riqueza dos debates, foi frustrante, pois ao fim não foi anunciada a tal linha oficial de miséria. Dilma Rousseff resolveu em cem dias uma pendenga de duas décadas.

O valor nacional estipulado de R\$ 70 para a linha de pobreza foi percebido por alguns como baixo. De fato, a média da linha da FGV é pouco mais do que o dobro do valor oficial escolhido.

Entretanto, há uma hipersensibilidade do gasto público vis-à-vis a linha de pobreza traçada em torno de 500%. Isto é, se a linha dobrar, o custo mínimo da erradicação da pobreza é cinco vezes maior! Na linha da FGV, o custo mínimo seria de R\$ 21,8 bilhões por ano a mais para chegar lá.

Curiosamente, no dia seguinte ao recente anúncio de ajuste fiscal, o governo definiu reajuste médio de 19% para os benefícios do Bolsa Família. Nessa aparente contradição, há admirável objetividade: o custo fiscal do reajuste nominal foi de 0,1% do PIB, apesar de beneficiar um quarto da população brasileira.

Aí reside a vantagem de buscar o mais pobre do pobre implícito na escolha de uma linha mais baixa: ele é efetivo em termos sociais, barato em termos fiscais. Qualquer generosidade adicional custa caro no Orçamento fiscal.

A escolha da linha é operacional, pois coincide com o valor do primeiro critério de entrada no Bolsa Família. Ele é próximo da linha de US\$ 1,25 por dia ajustada por custo de vida internacional (PPC) da primeira meta do milênio, que é de reduzir a miséria à metade em 25 anos (de 1990 até 2015).

A linha confere simbologia internacional interessante à meta, o que facilitará diálogos entre diferentes níveis e mandatos de governo.

A divisão de trabalho entre níveis de governo ensejada pela meta federal é um dos aspectos mais promissores do novo contexto.

O Rio de Janeiro já anunciou sua linha de US\$ 2 por dia — a linha mais alta das metas do milênio. Pesquisa do CPS/FGV de 2006 identificou que o Brasil tinha atingido essa meta da ONU. O Brasil propõe agora realizar mais (queda de 100%) em menos tempo (quatro anos).

Será possível? Lula fez 50% em oito anos; FHC, 30% em nove (incluindo o real (vide www.fgv.br/cps/dd). Teoricamente, basta que sobre um miserável para perder-

mos a guerra.

Nesse sentido, a meta é uma espécie de Santo Graal, inatingível, mas cuja busca enobrecerá o espírito (e o corpo) da sociedade.

Nem a oposição mais refratária ao governo conseguirá ser contra a meta. Mais importante que a meta em si é o peso conferido a ela.

O lema da nação virou 'país rico é país sem pobreza'. FHC, como exímio sociólogo que é, moveu suas peças no xadrez político para a nova classe média brasileira.

O MDS e o IBGE acabaram de lançar estudo baseado no Censo 2010 que indica 8,5% abaixo des-

mava a pobreza ante a POF, que é a melhor base de dados disponível, por incorporar renda não monetária (25% da renda dos pobres).

O censo é não só onde a miséria é maior, mas onde é pior medida. Nesse sentido, o primeiro passo para reduzir (e melhorar) a medida da miséria é trocar o censo pela POF.

O ideal seria replicar o belíssimo trabalho que o IBGE fez para o MDS antes combinando com técnicas de imputação a riqueza geográfica do censo com a qualidade dos critérios de renda da POF. Até porque, o sistema esta-



Ao fixar em R\$ 70 o valor para a linha de miséria, Dilma resolveu uma pendenga de duas décadas

sa linha, ou 16,2 milhões de miseráveis — pela Pnad de 2009 seriam 5,38% (3,7% pela POF). Como nosso estudo revela, a pobreza pela PME caiu 16,2% entre 2009 e 2010, aumentando a discrepância.

Nosso mapa do fim da fome mostrava que a medida de pobreza da FGV era 33% com o Censo de 2010, ante 29% nas Pnads logo antes e depois do censo.

Estudo nosso mais recente já mostrava que a Pnad superesti-

tístico nacional se move nessa direção.

Peço desculpas ao leitor desaviado pela sopa de letras e números acima. No mundo das siglas e nomenclaturas, meu filho, Guilherme, recentemente me questionou: "Pai, o sujeito já é extremamente pobre e você ainda o chama de miserável?"!

Marcelo Neri, é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE, na FGV.